

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES N° TRF2-ETP-2023/00224

01. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

1.1 - Identificação do problema: necessidade de organizar, planejar e realizar concurso público, com elaboração, impressão e aplicação de provas, destinado ao cadastro de reserva para provimento de vagas de cargos públicos efetivos nos Quadros de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES).

1.2 - Justificativa da necessidade da contratação: o último concurso público foi realizado pelo TRF2 para o provimento de cargos efetivos, regido pelo Edital nº 1/2016, com validade até 5 de julho de 2023, considerada a prorrogação e a suspensão por conta da pandemia de Covid-19. A partir dessa data, a Administração ficou impedida de nomear candidatos ou candidatas aprovados naquele concurso para ocupar os cargos que vagarem. Dessa forma, é imprescindível a realização do próximo concurso para formação de cadastro de reserva, a fim de suprir as vagas nos Quadros de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES), zelando, assim, pelos princípios da eficiência e da continuidade da prestação dos serviços.

02. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

A previsão de contratação de empresa para realização atividades referentes ao concurso em 2023 foi incluída no sistema Siga-GO 2023. ID 81.

Macrodesafio: *"Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas (AGOV)"*.

03. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1 - Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização, planejamento e realização de concurso público, com elaboração, impressão, aplicação de provas e demais providências relativas ao certame, destinado ao cadastro de reserva para provimento de vagas de cargos públicos efetivos nos Quadros de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES).

3.2 - Natureza do Bem: Serviço Comum.

3.3 - Requisitos mínimos de serviço:

Tabela de vagas por categoria funcional e escolaridade/pré-requisitos:

	Remuneração Inicial da Carreira de acordo com a Lei nº 11.416/2006, alterada pela Lei nº 12.774/2012e Lei nº 14.523/2023, no valor de (*1):			
		<table><tr><td><i>Classif. documental</i></td><td>30.01.01.01</td></tr></table>	<i>Classif. documental</i>	30.01.01.01
<i>Classif. documental</i>	30.01.01.01			

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO	R\$ 13.202,62 A partir de fevereiro de 2024: R\$ 13.994,78 A partir de fevereiro de 2025: R\$ 14.852,66	VAGAS (*2)	
Especialidade	PRÉ-REQUISITOS	Rio de Janeiro (TRF/SJ)	Espírito Santo (SJ)
Sem especialidade/ Área Administrativa	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) de curso Superior em qualquer área, realizado em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação.	CR	CR
Sem especialidade/ Área Judiciária	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) do Curso de Bacharel em Direito, realizado em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação.	CR	CR
Odontologia	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) do Curso Superior de Odontologia, realizado em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação, registro no Conselho Regional correspondente e 2 (dois) anos de experiência profissional comprovada em clínica odontológica.	CR	-
Serviço Social	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) do Curso Superior de Serviço Social, realizado em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional correspondente.	CR	CR
	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) do Curso Superior		

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Engenharia Civil	de Engenharia Civil, realizado em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional correspondente.	CR	CR
Engenharia Elétrica	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) do Curso Superior de Engenharia Elétrica, realizado em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional correspondente.	CR	-
Engenharia Mecânica	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) do Curso Superior de Engenharia Mecânica, realizado em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional correspondente.	CR	-
Engenharia Eletrônica	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) do Curso Superior de Engenharia Eletrônica, realizado em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional correspondente.	CR	-
Contadoria	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) do Curso Superior de Ciências Contábeis, realizado em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional correspondente.	CR	CR
Informática – Infraestrutura	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) de Curso Superior em qualquer área, e Certificado de especialização na área de Tecnologia da Informação, com carga horária mínima de 360 horas, ambos em Instituições de Ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação, ou Curso	CR	CR

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

	Superior de Informática, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação. . .		
Informática – Desenvolvimento	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) de Curso Superior em qualquer área e Certificado de especialização na área de Tecnologia da Informação, com carga horária mínima de 360 horas, ambos em Instituições de Ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação, ou Curso Superior de Informática, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.	CR	CR
Estatística	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) do Curso Superior de Estatística, realizado em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional correspondente.	CR	-
Arquivologia	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) do Curso Superior de Arquivologia, realizado em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro na Delegacia Regional do Trabalho.	CR	-
Medicina do Trabalho	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) do Curso Superior de Medicina, residência em Medicina do Trabalho credenciada pelo Ministério da Educação ou título de especialista em Medicina do Trabalho emitido pela Associação Médica Brasileira, com carga horária mínima de 360 horas, em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação, registro no Conselho Regional correspondente e 2 (dois) anos de experiência profissional comprovada como médico do trabalho.	CR	-

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Medicina Clínica	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) do Curso Superior de Medicina, residência em Clínica Médica credenciada pelo Ministério da Educação ou título de especialista em Clínica Médica; com carga horária mínima de 360 horas, em instituição de Ensino Superior credenciada pelo Ministério da Educação, registro no Conselho Regional correspondente e 2 (dois) anos de experiência profissional comprovada como médico clínico geral.	CR	CR
Medicina Psiquiatria	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) do Curso Superior de Medicina, residência em Psiquiatria credenciada pelo Ministério da Educação ou título de especialista em Psiquiatria, com carga horária mínima de 360 horas, em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação, registro no Conselho Regional correspondente e 2 (dois) anos de experiência profissional comprovada como médico psiquiatra.	CR	-
Enfermagem	Diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior em Enfermagem, reconhecido pelo Ministério da Educação, registro profissional no Conselho Regional correspondente e 2 (dois) anos de experiência profissional comprovada como enfermeiro.	CR	-
Enfermagem do Trabalho	Diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior em Enfermagem, pós-graduação em Enfermagem do Trabalho com carga horária mínima de 360 horas, ambos realizados em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação, registro profissional no Conselho Regional correspondente e 2 (dois) anos de experiência profissional comprovada como enfermeiro do trabalho.	CR	-
	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) do Curso Superior		

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Psicologia	de Psicologia, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, registro no Conselho Regional correspondente e 2 (dois) anos de experiência profissional comprovada como psicólogo clínico.	CR	-
Arquitetura	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) do Curso Superior de Arquitetura, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional correspondente.	CR	-
Cargo: TÉCNICO JUDICIÁRIO	Remuneração Inicial da Carreira de acordo com a Lei nº 11.416/2006, alterada pela Lei nº 12.774/2012e Lei nº 14.523/2023, no valor de (*1): R\$ 8.046,84 A partir de fevereiro de 2024: R\$8.529,65 A partir de fevereiro de 2025: R\$9.052,51	VAGAS (*2)	
ESPECIALIDADES	PRÉ-REQUISITOS	Rio de Janeiro (TRF/SJ)	Espírito Santo (SJ)
Sem Especialidade	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) de curso Superior em qualquer área reconhecido pelo Ministério da Educação.	CR	CR
Informática	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) de curso Superior em qualquer área, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, acrescido de cursos de programação de sistemas que totalizem, no mínimo, 180 horas /aula, ou de curso de Técnico em Informática, devidamente reconhecido.	CR	CR

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Agente da Polícia Judicial	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) de curso Superior em qualquer área, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e Carteira Nacional de Habilitação, em categoria a ser fixada no edital.	CR	-
Telecomunicações e Eletricidade	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) de curso Superior em qualquer área reconhecido pelo Ministério da Educação.	CR	-
Enfermagem	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) de curso Superior em qualquer área, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, registro no Conselho Regional da Classe e 2 (dois) anos de experiência profissional comprovada como técnico de enfermagem.	CR	CR
Contabilidade	Diploma ou Certificado (acompanhado do Histórico Escolar) de curso Superior em qualquer área, realizado em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho Regional da Classe.	CR	CR

Obs.:

(*1) Além da remuneração, o TRF – 2ª Região oferece outras vantagens que deverão ser especificadas no edital do concurso.

(*2) CR = Cadastro de Reserva para provimento das vagas que existirem durante o prazo de validade do concurso, de acordo com o interesse da Administração.

3.3.1. Etapas do concurso:

O concurso público terá provas diferenciadas, conforme discriminado a seguir:

Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO			
Especialidade	Provas	Questões	Caráter

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Sem especialidade/ Área Administrativa	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Prova de Redação	20 (peso 1) 30 (peso 2) 20 (peso 1)	Habilitatório e Classificatório
Sem especialidade/ Área Judiciária	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Estudo de Casos *	15 (peso 1) 35 (peso 2) 15 (peso 1) *03 questões, cada uma valendo 5 pontos	Habilitatório e Classificatório
Odontologia	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Prova de Redação	20 (peso 1) 35 (peso 2) 10 (peso 1)	Habilitatório e Classificatório
Serviço Social	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Prova de Redação	20 (peso 1) 35 (peso 2) 10 (peso 1)	Habilitatório e Classificatório
Engenharia Civil	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Estudo de Casos *	10 (peso 1) 30 (peso 2) 15 (peso 2) *03 questões, cada uma valendo 5 pontos	Habilitatório e Classificatório
		10 (peso 1)	

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Engenharia Elétrica	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Estudo de Casos *	30 (peso 2) 15 (peso 2) *03 questões, cada uma valendo 5 pontos	Habilitatório e Classificatório
Engenharia Mecânica	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Estudo de Casos *	10 (peso 1) 30 (peso 2) 15 (peso 2) *03 questões, cada uma valendo 5 pontos	Habilitatório e Classificatório
Engenharia Eletrônica	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Estudo de Casos *	10 (peso 1) 30 (peso 2) 15 (peso 2) *03 questões, cada uma valendo 5 pontos	Habilitatório e Classificatório
Contadoria	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Prova de Redação	20 (peso 1) 35 (peso 2) 10 (peso 1)	Habilitatório e Classificatório
Informática/Infraestrutura	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Estudo de casos *	10 (peso 1) 30 (peso 2) 15 (peso 2) *03 questões,	Habilitatório e Classificatório

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

		cada uma valendo 5 pontos	
Informática/De- senvolvimento	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Estudo de casos *	10 (peso 1) 30 (peso 2) 15 (peso 2) *03 questões, cada uma valendo 5 pontos	Habilitatório e Classificatório
Estatística	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Prova de Redação	20 (peso 1) 35 (peso 2) 10 (peso 1)	Habilitatório e Classificatório
Arquivologia	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Prova de Redação	20 (peso 1) 35 (peso 2) 10 (peso 1)	Habilitatório e Classificatório
Medicina do Trabalho	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Prova de Redação	20 (peso 1) 35 (peso 2) 10 (peso 1)	Habilitatório e Classificatório
Medicina Clínica	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Prova de Redação	20 (peso 1) 35 (peso 2) 10 (peso 1)	Habilitatório e Classificatório
	Conhecimentos gerais	20 (peso 1)	

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Medicina Psiquiatria	Conhecimentos específicos Prova de Redação	35 (peso 2) 10 (peso 1)	Habilitatório e Classificatório
Enfermagem	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Prova de Redação	20 (peso 1) 35 (peso 2) 10 (peso 1)	Habilitatório e Classificatório
Enfermagem do Trabalho	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Prova de Redação	20 (peso 1) 35 (peso 2) 10 (peso 1)	Habilitatório e Classificatório
Psicologia	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Prova de Redação	20 (peso 1) 35 (peso 2) 10 (peso 1)	Habilitatório e Classificatório
Arquitetura	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Estudo de casos *	10 (peso 1) 30 (peso 2) 15 (peso 2) *03 questões, cada uma valendo 5 pontos	Habilitatório e Classificatório
Cargo: TÉCNICO JUDICIÁRIO			
ESPECIALIDADES	Provas	Questões	Caráter
	Conhecimentos gerais		

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Sem Especialidade	Conhecimentos específicos Prova de Redação	10 (peso 1) 30 (peso 2) 15 (peso 2)	Habilitatório e Classificatório
Informática	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Prova de Redação	20 (peso 1) 35 (peso 2) 10 (peso 1)	Habilitatório e Classificatório
Agente da Polícia Judicial	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Prova de Redação Prova de Capacidade Física	20 (peso 1) 35 (peso 2) 10 (peso 1) -----	Habilitatório e Classificatório Habilitatório
Telecomunicações e Eletricidade	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Prova de Redação Prova prática	20 (peso 1) 35 (peso 2) 10 (peso 1) -----	Habilitatório e Classificatório Habilitatório
Enfermagem	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Prova de Redação	20 (peso 1) 35 (peso 2) 10 (peso 1)	Habilitatório e Classificatório
Contabilidade	Conhecimentos gerais Conhecimentos específicos Prova de Redação	20 (peso 1) 35 (peso 2) 10 (peso 1)	Habilitatório e Classificatório

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.3.1.1 Até a elaboração do Edital o número de questões de cada disciplina e os pesos poderão sofrer alterações.

3.3.2 Correção das Provas de Redação, Estudo de Casos e aplicação das provas práticas

Somente serão corrigidas as provas de redação e estudo de casos dos candidatos ou candidatas habilitados e mais bem classificados nas provas objetivas, nos limites abaixo discriminados, acrescidos dos empates na última posição, bem como as de todos os inscritos como candidatos indígenas e com deficiência habilitados na prova objetiva, e ainda as de todos os candidatos negros que obtenham nota 20% (vinte por cento) inferior à nota estabelecida para aprovação dos candidatos de ampla concorrência:

Cargo/Área/Especialidade	Estado do Rio de Janeiro	Estado do Espírito Santo
	Lista Geral	Lista Geral
Analista Judiciário – Área Judiciária	até 640ª posição	até 120ª posição
Analista Judiciário – Área Administrativa	até 120ª posição	até 24ª posição
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Odontologia	até 16ª posição	-
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Serviço Social	até 16ª posição	até 8ª posição
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Engenharia Civil	até 16ª posição	até 8ª posição
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Engenharia Elétrica	até 16ª posição	-
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Engenharia Mecânica	até 16ª posição	-

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Analista Judiciário – Área Apoio Especializado Engenharia Eletrônica	até 16ª posição	-
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado - Arquitetura	até 16ª posição	-
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Contadoria	até 16ª posição	até 8ª posição
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Informática/Infraestrutura	até 80ª posição	até 56ª posição
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Informática/Desenvolvimento	até 80ª posição	até 56ª posição
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Estatística	até 16ª posição	-
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Arquivologia	até 16ª posição	-
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Medicina do Trabalho	até 16ª posição	-
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Medicina Clínica	até 16ª posição	até 8ª posição
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Medicina-Psiquiatria	até 16ª posição	-

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Enfermagem	até 16ª posição	-
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Enfermagem do Trabalho	até 16ª posição	-
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Psicologia	até 16ª posição	-
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Arquitetura	até 16ª posição	-
Técnico Judiciário – Área Administrativa	até 1.500ª posição	até 240ª posição
Técnico Judiciário – Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial	até 400ª posição	-
Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado - Informática	até 120ª posição	até 100ª posição
Técnico Judiciário – Área Administrativa Telecomunicações e Eletricidade	até 24ª posição	-
Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado – Enfermagem	até 16ª posição	até 8ª posição
Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado – Contabilidade	até 60ª posição	até 16ª posição

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Aplicação da Prova Prática:

Deverão ser aplicadas provas práticas para os candidatos ou candidatas habilitados e mais bem classificados nas provas objetivas, nos limites abaixo, acrescidos dos empates na última posição, bem como para todos os inscritos como candidatos com deficiência habilitados e para todos os candidatos negros que obtenham nota 20% (vinte por cento) inferior à nota estabelecida para aprovação dos candidatos de ampla concorrência:

Cargo/Área/ Especialidade	Estado do Rio de Janeiro			Estado do Espírito Santo		
	Total	Lista Geral	Lista Indígenas	Total	Lista Geral	Lista Indígenas
Técnico Judiciário – Área Administrativa – Agente da Polícia Judicial	até 260ª posição	até 252ª posição	até 8ª posição	-	-	-
Técnico Judiciário – Área Administrativa – Telecomunicações e Eletricidade	até 20ª posição	até 16ª posição	até 1ª posição	-	-	-

3.3.3 Disciplinas/Conteúdos das Provas:

Os conteúdos das provas abrangerão as disciplinas discriminadas abaixo e serão detalhados, em conjunto com o Contratante, após a assinatura do contrato.

Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO	
Especialidade	Provas
	<u>Conhecimentos gerais</u> Português Raciocínio Lógico-Matemático Noções de Sustentabilidade Noções de Governança

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Sem especialidade/ Área Administrativa	<p>Noções de Gestão Estratégica</p> <p>Noções de Direitos Humanos e Fundamentais</p> <p><u>Conhecimentos específicos</u></p> <p>Noções de Direito Administrativo</p> <p>Noções de Direito Constitucional</p> <p>Noções de Direito Penal</p> <p>Noções de Direito do Trabalho</p> <p>Noções de Administração Geral e Pública</p> <p>Noções de Gestão Orçamentária e Financeira</p> <p>Noções de Gestão de Pessoas</p> <p>Noções de Gestão de Materiais</p> <p>Noções de Contabilidade Pública</p> <p><u>Prova de Redação</u></p>
Sem especialidade/ Área Judiciária	<p><u>Conhecimentos gerais</u></p> <p>Português</p> <p>Raciocínio Lógico-Matemático</p> <p>Noções de Sustentabilidade</p> <p>Noções de Gestão Estratégica</p> <p>Noções de Direitos Humanos e Fundamentais</p> <p><u>Conhecimentos específicos</u></p> <p>Direito Administrativo</p> <p>Direito Constitucional</p> <p>Direito Civil</p> <p>Direito Processual Civil</p> <p>Direito Penal</p> <p>Direito Processual Penal</p>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

	Direito Tributário Direito Previdenciário Direito Ambiental <u>Estudo de Casos</u>
Odontologia	<u>Conhecimentos gerais</u> Português Noções de Direito Administrativo Noções de Direito Constitucional Noções de Direito Penal Noções de Sustentabilidade Noções de Gestão Estratégica Noções de Direitos Humanos e Fundamentais <u>Conhecimentos específicos em Odontologia</u> <u>Prova de Redação</u>
Serviço Social	<u>Conhecimentos gerais</u> Português Noções de Direito Administrativo Noções de Direito Constitucional Noções de Direito Penal Noções de Sustentabilidade Noções de Gestão Estratégica Noções de Direitos Humanos e Fundamentais <u>Conhecimentos específicos em Serviço Social</u> <u>Prova de Redação</u>
	<u>Conhecimentos gerais</u>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Engenharia Civil	<p>Português</p> <p>Raciocínio Lógico-Matemático</p> <p>Noções de Direito Administrativo</p> <p>Noções de Direito Constitucional</p> <p>Noções de Direito Penal</p> <p>Noções de Sustentabilidade</p> <p>Noções de Gestão Estratégica</p> <p>Noções de Direitos Humanos e Fundamentais</p> <p><u>Conhecimentos específicos em Engenharia Civil</u></p> <p><u>Estudo de Casos</u></p>
Engenharia Elétrica	<p><u>Conhecimentos gerais</u></p> <p>Português</p> <p>Raciocínio Lógico-Matemático</p> <p>Noções de Direito Administrativo</p> <p>Noções de Direito Constitucional</p> <p>Noções de Direito Penal</p> <p>Noções de Sustentabilidade</p> <p>Noções de Gestão Estratégica</p> <p>Noções de Direitos Humanos e Fundamentais</p> <p><u>Conhecimentos específicos em Engenharia Elétrica</u></p> <p><u>Estudo de Casos</u></p>
	<p><u>Conhecimentos gerais</u></p> <p>Português</p> <p>Raciocínio Lógico-Matemático</p>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Engenharia Mecânica	<p>Noções de Direito Administrativo</p> <p>Noções de Direito Constitucional</p> <p>Noções de Direito Penal</p> <p>Noções de Sustentabilidade</p> <p>Noções de Gestão Estratégica</p> <p>Noções de Direitos Humanos e Fundamentais</p> <p><u>Conhecimentos específicos em Engenharia Mecânica</u></p> <p><u>Estudo de Casos</u></p>
Engenharia Eletrônica	<p><u>Conhecimentos gerais</u></p> <p>Português</p> <p>Raciocínio Lógico-Matemático</p> <p>Noções de Direito Administrativo</p> <p>Noções de Direito Constitucional</p> <p>Noções de Direito Penal</p> <p>Noções de Sustentabilidade</p> <p>Noções de Gestão Estratégica</p> <p>Noções de Direitos Humanos e Fundamentais</p> <p><u>Conhecimentos específicos em Engenharia Eletrônica</u></p> <p><u>Estudo de Casos</u></p>
	<p><u>Conhecimentos gerais</u></p> <p>Português</p> <p>Raciocínio Lógico-Matemático</p> <p>Noções de Direito Administrativo</p> <p>Noções de Direito Constitucional</p> <p>Noções de Direito Penal</p>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Contadoria	<p>Noções de Sustentabilidade</p> <p>Noções de Gestão Estratégica</p> <p>Noções de Direitos Humanos e Fundamentais</p> <p><u>Conhecimentos específicos em Contabilidade</u></p> <p><u>Prova de Redação</u></p>
Informática/Infraestrutura	<p><u>Conhecimentos gerais</u></p> <p>Português</p> <p>Raciocínio Lógico-Matemático</p> <p>Noções de Direito Administrativo</p> <p>Noções de Direito Constitucional</p> <p>Noções de Direito Penal</p> <p>Noções de Sustentabilidade</p> <p>Noções de Gestão Estratégica</p> <p>Noções de Direitos Humanos e Fundamentais</p> <p><u>Conhecimentos específicos em Informática /Infraestrutura</u></p> <p><u>Estudo de casos</u></p>
Informática/Desenvolvimento	<p><u>Conhecimentos gerais</u></p> <p>Português</p> <p>Raciocínio Lógico-Matemático</p> <p>Noções de Direito Administrativo</p> <p>Noções de Direito Constitucional</p> <p>Noções de Direito Penal</p> <p>Noções de Sustentabilidade</p> <p>Noções de Gestão Estratégica</p>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

	<p>Noções de Direitos Humanos e Fundamentais</p> <p><u>Conhecimentos específicos em Informática /Desenvolvimento</u></p> <p><u>Estudo de casos</u></p>
Estatística	<p><u>Conhecimentos gerais</u></p> <p>Português</p> <p>Raciocínio Lógico-Matemático</p> <p>Noções de Direito Administrativo</p> <p>Noções de Direito Constitucional</p> <p>Noções de Direito Penal</p> <p>Noções de Sustentabilidade</p> <p>Noções de Gestão Estratégica</p> <p>Noções de Direitos Humanos e Fundamentais</p> <p><u>Conhecimentos específicos em Estatística</u></p> <p><u>Prova de Redação</u></p>
Arquivologia	<p><u>Conhecimentos gerais</u></p> <p>Português</p> <p>Raciocínio Lógico-Matemático</p> <p>Noções de Direito Administrativo</p> <p>Noções de Direito Constitucional</p> <p>Noções de Direito Penal</p> <p>Noções de Sustentabilidade</p> <p>Noções de Gestão Estratégica</p> <p>Noções de Direitos Humanos e Fundamentais</p> <p><u>Conhecimentos específicos em Arquivologia</u></p>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

	<u>Prova de Redação</u>
Medicina do Trabalho	<u>Conhecimentos gerais</u>
	Português
	Noções de Direito Administrativo
	Noções de Direito Constitucional
	Noções de Direito Penal
	Noções de Sustentabilidade
	Noções de Gestão Estratégica
	Noções de Direitos Humanos e Fundamentais
	<u>Conhecimentos específicos em Medicina do Trabalho</u>
	<u>Prova de Redação</u>
Medicina Clínica	<u>Conhecimentos gerais</u>
	Português
	Noções de Direito Administrativo
	Noções de Direito Constitucional
	Noções de Direito Penal
	Noções de Sustentabilidade
	Noções de Gestão Estratégica
	Noções de Direitos Humanos e Fundamentais
	<u>Conhecimentos específicos em Medicina Clínica</u>
	<u>Prova de Redação</u>
	<u>Conhecimentos gerais</u>
	Português
	Noções de Direito Administrativo
	Noções de Direito Constitucional

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Medicina Psiquiatria	<p>Noções de Direito Penal</p> <p>Noções de Sustentabilidade</p> <p>Noções de Gestão Estratégica</p> <p>Noções de Direitos Humanos e Fundamentais</p> <p><u>Conhecimentos específicos em Medicina Psiquiátrica</u></p> <p><u>Prova de Redação</u></p>
Enfermagem	<p><u>Conhecimentos gerais</u></p> <p>Português</p> <p>Noções de Direito Administrativo</p> <p>Noções de Direito Constitucional</p> <p>Noções de Direito Penal</p> <p>Noções de Sustentabilidade</p> <p>Noções de Gestão Estratégica</p> <p>Noções de Direitos Humanos e Fundamentais</p> <p><u>Conhecimentos específicos em Enfermagem</u></p> <p><u>Prova de Redação</u></p>
Enfermagem do Trabalho	<p><u>Conhecimentos gerais</u></p> <p>Português</p> <p>Noções de Direito Administrativo</p> <p>Noções de Direito Constitucional</p> <p>Noções de Direito Penal</p> <p>Noções de Sustentabilidade</p> <p>Noções de Gestão Estratégica</p> <p>Noções de Direitos Humanos e Fundamentais</p>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

	<u>Conhecimentos específicos em Medicina do Trabalho</u> <u>Prova de Redação</u>
Psicologia	<u>Conhecimentos gerais</u> Português Raciocínio Lógico-Matemático Noções de Direito Administrativo Noções de Direito Constitucional Noções de Direito Penal Noções de Sustentabilidade Noções de Gestão Estratégica Noções de Direitos Humanos e Fundamentais <u>Conhecimentos específicos em Psicologia</u> <u>Prova de Redação</u>
Arquitetura	<u>Conhecimentos gerais</u> Português Raciocínio Lógico-Matemático Noções de Direito Administrativo Noções de Direito Constitucional Noções de Direito Penal Noções de Sustentabilidade Noções de Gestão Estratégica Noções de Direitos Humanos e Fundamentais <u>Conhecimentos específicos em Arquitetura</u> <u>Estudo de casos</u>
Cargo: TÉCNICO JUDICIÁRIO	

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

ESPECIALIDADES	Provas
Sem Especialidade	<u>Conhecimentos gerais</u> Português Raciocínio Lógico-Matemático Noções de Governança Noções de Gestão Estratégica Noções de Sustentabilidade Noções de Direitos Humanos e Fundamentais <u>Conhecimentos específicos</u> Noções de Direito Constitucional Noções de Direito Administrativo Teoria Geral do Processo Noções de Direito Penal Noções de Administração Geral e Pública Noções de Administração Financeira e Orçamentária <u>Prova de Redação</u>
Informática	<u>Conhecimentos gerais</u> Português Raciocínio Lógico-Matemático Noções de Direito Administrativo Noções de Direito Constitucional Noções de Direito Penal

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

	<p>Noções de Sustentabilidade</p> <p>Noções de Gestão Estratégica</p> <p>Noções de Direitos Humanos e Fundamentais</p> <p><u>Conhecimentos específicos em Informática</u></p> <p><u>Prova de Redação</u></p>
Agente da Polícia Judicial	<p><u>Conhecimentos gerais</u></p> <p>Português</p> <p>Raciocínio Lógico-Matemático</p> <p>Noções de Direito Administrativo</p> <p>Noções de Direito Constitucional</p> <p>Noções de Sustentabilidade</p> <p>Noções de Gestão Estratégica</p> <p>Noções de Direitos Humanos e Fundamentais</p> <p>Noções de Direito Penal</p> <p>Noções de Processo Penal</p> <p><u>Conhecimentos específicos</u></p> <p>Segurança de Dignitários</p> <p>Noções de Planejamento de Segurança</p> <p>Noções sobre Serviço de Inteligência</p> <p>Noções de Gestão de Conflitos</p> <p><u>Prova de Redação</u></p> <p><u>Teste de Capacidade Física</u></p>
	<p><u>Conhecimentos gerais</u></p> <p>Português</p> <p>Raciocínio Lógico-Matemático</p>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Contabilidade	<p>Noções de Direito Administrativo</p> <p>Noções de Direito Constitucional</p> <p>Noções de Direito Penal</p> <p>Noções de Sustentabilidade</p> <p>Noções de Gestão Estratégica</p> <p>Noções de Direitos Humanos e Fundamentais</p> <p><u>Conhecimentos específicos em Contabilidade</u></p> <p><u>Prova de Redação</u></p>
Telecomunicações e Eletricidade	<p><u>Conhecimentos gerais</u></p> <p>Português</p> <p>Raciocínio Lógico-Matemático</p> <p>Noções de Direito Administrativo</p> <p>Noções de Direito Constitucional</p> <p>Noções de Direito Penal</p> <p>Noções de Sustentabilidade</p> <p>Noções de Gestão Estratégica</p> <p>Noções de Direitos Humanos e Fundamentais</p> <p><u>Conhecimentos específicos em Telecomunicação e Eletricidade</u></p> <p><u>Prova de Redação</u></p> <p><u>Prova Prática</u></p>
	<p><u>Conhecimentos gerais</u></p> <p>Português</p> <p>Noções de Direito Administrativo</p> <p>Noções de Direito Constitucional</p> <p>Noções de Direito Penal</p>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Enfermagem	Noções de Sustentabilidade
	Noções de Gestão Estratégica
	Noções de Direitos Humanos e Fundamentais
	<u>Conhecimentos específicos em Enfermagem</u>
	<u>Prova de Redação</u>

3.3.3. 1. Prova de capacidade física – Agente da Polícia Judicial

Para a prova de capacidade física para o cargo de Técnico Judiciário/Agente da Polícia Judicial serão aplicados três tipos de teste físico, a saber: teste abdominal, teste de corrida de 12 minutos, teste de flexão de braço na barra fixa (sexo masculino) e teste estático de barra (sexo feminino).—Os detalhamentos de aplicação dos testes serão definidos em conjunto com o Contratante.

3.3.3.2. Prova Prática de Telecomunicações e Eletricidade

A prova prática para o cargo de Técnico Judiciário/Telecomunicações e Eletricidade objetiva aferir a capacidade técnica por meio do desenvolvimento de tarefas propostas compatíveis com as atribuições do cargo, cujos detalhamentos serão definidos em conjunto com o Contratante.

3.3.3.3 Critérios para desempate:

Para desempate serão utilizados os critérios previstos no art. 18, da Resolução CJF nº 246 de 2013, quais sejam:

- I - idade igual ou superior a 60 anos, completados até o último dia de inscrição no concurso;
- II - maior pontuação nas provas realizadas, conforme se dispuser em edital;
- III - exercício efetivo da função de jurado, nos termos da Lei nº 11.689, de 9 de junho de 2008;
- IV - maior idade;
- V - maior tempo de serviço voluntário comprovado em atividades de conciliação no âmbito da Justiça Federal.

3.3.4. Dos editais e da divulgação.

3.3.4.1. Elaborar e submeter à aprovação prévia do Contratante os editais e comunicados a seguir relacionados:

- a) edital de abertura das inscrições;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

- b) convocação para as provas;
- c) edital de resultados finais das provas;
- d) divulgação dos resultados da avaliação dos recursos;

e) edital de resultado final, após os recursos e aplicação do critério de desempate, por cargo, em três listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos ou candidatas, inclusive a dos portadores de deficiência e dos que se autodeclararem pretos ou pardos, e a segunda e terceira, somente a pontuação respectiva desses últimos, sempre pela ordem decrescente da nota obtida;

f) edital de homologação do concurso;

g) demais editais e comunicados que se fizerem necessários.

3.3.4.2. Preparar e formatar os editais relacionados no item 3.3.4.1, e de acordo com a formatação e dimensões que atendam às exigências da Imprensa Nacional, a fim de que o Contratante possa publicá-los no Diário Oficial da União – Seção 3.

3.3.4.3. Publicar no sítio eletrônico da Contratada todos os editais e comunicados relacionados no item 3.1.1, na mesma data prevista para a publicação no DOU, bem como outros editais e comunicados pertinentes ao concurso que não precisam ser publicados no Diário Oficial da União.

3.3.4.4. Preparar e formatar para o Contratante a republicação de quaisquer dos editais e comunicados previstos no item 3.3.4.1, em caso de incorreção.

3.3.4.5. As publicações constantes dos itens anteriores deverão ser realizadas conforme datas previstas no cronograma de atividades.

3.3.4.6. Divulgar aviso com as informações pertinentes ao Edital de Abertura de Inscrições, em um jornal de grande circulação nos Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro;

3.3.4.7 - Divulgar comunicados em jornais especializados em concurso;

3.3.4.8 - Fornecer cartazes para divulgação do concurso;

3.3.4.9 - Responsabilizar-se pelo processo de inscrição utilizando-se de seu sítio eletrônico;

3.3.5. Das inscrições.

3.3.5.1. As inscrições para o concurso público deverão ser abertas pelo período mínimo de 20 (vinte) dias e efetuadas exclusivamente no sítio eletrônico da Contratada, que deverá estar disponível 24 horas, ininterruptamente, durante todo o período de inscrição.

3.3.5.2. O valor da taxa de inscrição fixado pelo Contratante deverá ser depositado pelo candidato, em conta específica do Tesouro Nacional, mediante recolhimento por meio da GRU Cobrança (Guia de Recolhimento da União).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.3.5.3. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de anulação do certame ou do seu cancelamento por conveniência da Administração Pública.

3.3.5.4. Não se dispensará o pagamento da taxa de inscrição, exceto nos casos de isenção previstos na Lei nº 13.656/2018.

3.3.5.4.1. A análise dos pedidos de isenção e dos eventuais recursos será de responsabilidade da Contratada, que encaminhará ao Contratante relatório detalhado no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o encerramento das inscrições.

3.3.5.5. As inscrições observarão as disposições que se seguem:

a) no ato da inscrição, o candidato deverá indicar, em campo próprio, a opção pelo código do CARGO, local de realização da prova e localidade para a qual concorrerá às vagas.

b) a formalização da inscrição implicará a aceitação, pelo candidato, de todas as regras e condições estabelecidas no edital de abertura de inscrições e somente se concretizará com o preenchimento de todos os campos contidos na ficha de inscrição e com a confirmação do pagamento da taxa;

c) os dados ou informações e eventuais documentos fornecidos pelo candidato serão considerados de sua inteira responsabilidade;

d) a inscrição de candidatos ou candidatas portadores de deficiência obedecerá aos mesmos procedimentos descritos nos itens anteriores;

e) no ato da inscrição, o candidato portador de deficiência deverá declarar sua condição e estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever, devendo remeter à instituição realizadora laudo médico original ou cópia autenticada em Cartório, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência.

f) o candidato com deficiência poderá solicitar condições especiais para a realização das provas, conforme previsto no art. 4º do Decreto nº 9.508/2018.

3.3.6. Dos candidatos ou candidatas com deficiência

3.3.6.1. Em obediência ao disposto nos Decretos nº 5.296/2004, nº 3.298/1999, e nº 9.508/2018, na Lei nº 8.112/1990, art. 5º, § 2º, e na Resolução nº 246/2013, do Conselho da Justiça Federal, será reservado às pessoas com deficiência o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes ou que vierem a surgir para cada Cargo/Área/Especialidade.

3.3.6.2. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), do art. 1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e incorporada pelo Decreto Federal nº

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

6.949, de 25 de agosto de 2009), da Lei Federal nº 12.764/2012 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.508/2018), e da Lei Federal nº 14.126/2021 (pessoa com visão monocular), nos parâmetros estabelecidos nos arts. 3º e 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004, Decreto nº 8.368/2014 (pessoa com transtorno do espectro autista), Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça e demais normas vigentes sobre o tema até a publicação do edital.

3.3.6.3. Previamente à nomeação, o candidato ou candidata será submetido à avaliação da Junta Médica do Tribunal Regional Federal ou das Seções Judiciárias da Segunda Região, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da convocação, com o objetivo de verificar se a deficiência se enquadra na previsão do art. 4º do Decreto nº 3.298, de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e alterações, na situação prevista no Decreto nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014 (pessoa com transtorno do espectro autista), a Súmula STJ nº 377 e na Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021 (pessoa com visão monocular)

3.3.7. Do preenchimento de vagas para candidatos ou candidatas com deficiência

3.3.7.1 O primeiro candidato com deficiência classificado no concurso público será nomeado para ocupar a quinta vaga aberta, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de vinte cargos providos, considerando inclusive os vinte primeiros nomeados.

3.3.7.2. As vagas reservadas aos candidatos ou candidatas com deficiência que não forem providas por falta de candidatos ou candidatas, por reprovação no concurso ou por não enquadramento como deficiente na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos habilitados, com estrita observância da ordem classificatória.

3.3.7.3. Os candidatos ou candidatas com deficiência participarão em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.3.8. Dos candidatos ou candidatas negros

3.3.8.1. No prazo de validade do concurso, das vagas existentes ou que vierem a surgir, para cada Cargo/Área/Especialidade, será reservado o percentual de 20% para candidatos negros, na forma da Resolução CNJ nº 203, de 23 de junho de 2015.

3.3.8.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior (subitem 3.2.10) resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos), nos termos do § 2º do art. 2º da Resolução CNJ nº 203, de 2015.

3.3.8.3. Para concorrer às vagas reservadas, o candidato ou candidata deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos negros, preenchendo a autodeclaração de que é preto ou pardo, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.3.8.4. Os candidatos ou candidatas que se autodeclararem pretos ou pardos poderão ser convocados pelo Contratante para verificação da veracidade de sua declaração, nos termos do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 12.990/2014.

3.3.9. Do preenchimento de vagas para candidatos ou candidatas negros

3.3.9.1. Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas, às vagas destinadas à ampla concorrência e poderão optar por concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, se atenderem a esta condição, de acordo com a sua classificação no concurso.

3.3.9.2. Os candidatos negros aprovados para as vagas destinadas à ampla concorrência não preencherão as vagas reservadas a candidatos negros.

3.3.9.3. Em caso de desistência de candidato ou candidata negro integrante da lista específica (negros), a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

3.3.9.4. Na hipótese de não haver candidatos ou candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no concurso.

3.3.10. Da responsabilidade pela autodeclaração

3.3.10.1. As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato ou candidata, devendo este responder por qualquer falsidade.

3.3.10.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se tiver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

3.3.11. Da alternância e proporcionalidade nas nomeações

A nomeação dos candidatos ou candidatas aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos ou candidatas com deficiência e aos candidatos ou candidatas negros.

3.3.12. Da concomitância de candidatos ou candidatas em listas específicas

3.3.12.1. O candidato ou candidatas negro integrante das listas específicas, para negros e para deficientes, convocado concomitantemente para o provimento dos cargos, deverá manifestar opção por uma das vagas.

3.3.12.2. Na hipótese de que trata este subitem, caso os candidatos ou candidatas não se manifestem previamente quanto ao direito à opção, serão nomeados dentro das vagas destinadas aos negros.

3.3.12.3. Na hipótese de o candidato ou candidata aprovado tanto na condição de negro quanto na de pessoa com deficiência, ser convocado primeiramente para o

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

provimento de vaga destinada a candidato negro, ou optar por essa hipótese do subitem 3.2.12, fará jus aos mesmos direitos e benefícios despendidos ao servidor com deficiência.

3.3.13 Dos candidatos ou candidatas indígenas

3.3.13.1. No prazo de validade do concurso, das vagas existentes ou que vierem a surgir, para cada Cargo/Área/Especialidade, será reservado o percentual de 3% para candidatos ou candidatas indígenas, na forma da Resolução CNJ nº 512, de 30 de junho de 2023.

3.3.13.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior (subitem 3.3.8.1) resulte em número fracionado, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos); ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos), nos termos do § 2º do art. 2º da Resolução CNJ nº 512, de 2023.

3.3.13.3. Para concorrer às vagas reservadas, o candidato ou candidata deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos indígenas, preenchendo a autodeclaração, conforme o quesito raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), independentemente de residir ou não em terra indígena.

3.3.13.4. Os candidatos ou candidatas que se autodeclararem indígenas serão convocados pelo Contratante para verificação da veracidade de sua declaração, nos termos do § 2º do art. 7º da Resolução CNJ nº 512, de 2023.

3.3.13.5. Além da autodeclaração, será necessário apresentar declaração de pertencimento a comunidade indígena, assinada por, pelo menos, 3 (três) integrantes indígenas da respectiva etnia

3.3.14. Do preenchimento de vagas para candidatos ou candidatas indígenas

3.3.14.1. Os candidatos ou candidatas indígenas aprovados para as vagas destinadas à ampla concorrência não preencherão as vagas reservadas a candidatos ou candidatas indígenas.

3.3.14.2. Em caso de desistência de candidato ou candidata indígena integrante da lista específica, a vaga será preenchida pelo candidato(a) indígena posteriormente classificado(a).

3.3.14.3. Na hipótese de não haver candidatos ou candidatas aprovados indígenas aprovados em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as remanescentes serão revertidas para a cota étnico racial e, posteriormente, para a vaga reservada para pessoas com deficiência. Na impossibilidade também de preenchimento dessas últimas, as vagas ainda remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos ou candidatas aprovados, observada a ordem de classificação.

3.3.15. Da responsabilidade pela autodeclaração

3.3.15.1. As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato ou candidata, devendo este responder por qualquer falsidade.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.3.15.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato ou candidata será eliminado do concurso e, se tiver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

3.3.16. Da alternância e proporcionalidade nas nomeações

A nomeação dos candidatos ou candidatas aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a cotas étnico-raciais ou a pessoas com deficiência.

3.3.17. Da concomitância de candidatos ou candidatas em listas específicas

3.3.17.1. Além das vagas de que trata o caput, os candidatos ou candidatas indígenas poderão optar por concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, de acordo com a sua classificação no concurso.

3.3.18. Do nome social

Deverá ser prevista a observância do nome social, nos termos do Decreto nº 8.727/2016, Resolução CNJ nº 270/2018.

3.4. Da produção de materiais relativos à inscrição.

Elaborar e disponibilizar no sítio eletrônico da Contratada, com opção para impressão, os seguintes materiais:

a) manual do candidato, contendo o edital de abertura de inscrições, cronograma, conteúdo programático e outras informações de interesse dos candidatos ou candidatas.

b) instruções para o recolhimento da taxa de inscrição por meio da GRU (Guia de Recolhimento da União), bem como a respectiva opção de preenchimento *on-line* e posterior impressão;

c) comprovante definitivo de inscrição após confirmação do recolhimento da taxa.

3.5. Do cadastramento dos candidatos ou candidatas.

3.5.1. Compor cadastro geral de candidatos ou candidatas inscritos, a partir das informações fornecidas nas inscrições.

3.5.2. Elaborar lista de candidatos ou candidatas inscritos em ordem alfabética, contendo os seguintes dados: número de inscrição, nome do candidato, número do documento de identidade, cargo, horário e local onde farão as provas.

3.5.2.1. As listas constantes do subitem anterior, elaboradas em meio eletrônico, deverão ser remetidas ao Contratante, em até 10 (dez) dias antes da realização da primeira prova.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.5.3. Encaminhar ao Contratante, em até 10 (dez) dias corridos do encerramento das inscrições, relatório de dados estatísticos, contendo: número de candidatos ou candidatas inscritos para cada especialidade, número de candidatos ou candidatas inscritos portadores de deficiência e negros, por especialidade, e número de candidatos ou candidatas que efetivaram o pagamento da inscrição.

3.5.4. Durante o processo seletivo, os candidatos ou candidatas deverão encaminhar as alterações de endereço para a instituição realizadora, que as comunicará ao Contratante após o encerramento do certame.

3.6. Do atendimento aos candidatos ou candidatas

3.6.1. Colocar à disposição dos candidatos ou candidatas equipe de atendimento treinada, a fim de orientá-los em todas as etapas do concurso, por meio de *e-mail*, telefone ou pessoalmente, sem quaisquer ônus para os candidatos.

3.6.2. Os questionamentos formulados pelos candidatos ou candidatas deverão ser respondidos em tempo hábil para garantir a sua participação nas etapas relacionadas à consulta.

3.6.3. Encaminhar cartão de convocação para a realização das provas (objetivas, redação/estudo de casos e práticas) a todos os candidatos ou candidatas inscritos, contendo: nome, número do documento de identidade, local de realização das provas, número de inscrição, característica da vaga (ampla concorrência ou reservada a portador de deficiência ou negros) e cargo/Estado para o qual concorre.

3.6.4. Os cartões deverão ser encaminhados por meio do endereço de correio eletrônico (*e-mail*), indicado pelo candidato na ficha de inscrição.

3.6.5. Disponibilizar no sítio eletrônico da Contratada consulta ao local de provas por nome e/ou CPF do candidato, permitindo-lhe obter informações idênticas às contidas no cartão de que trata o item 3.5.3.

3.6.6. O candidato é inteiramente responsável por informar corretamente seu *e-mail*.

3.7. Das provas

3.7.1. Especificar os conteúdos programáticos das provas de conhecimentos gerais e específicos, em conjunto com o Contratante.

3.7.2. Elaborar e aplicar as provas de conhecimentos gerais, específicos, redação, estudo de casos e práticas, conforme estabelecido no item 3.3.3

3.7.3. As provas de redação deverão observar os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas.

3.7.4. A prova de Estudo de Casos destinar-se-á a avaliar o domínio de conteúdo dos temas abordados, da norma culta formal, do desempenho linguístico, adequação do nível de linguagem adotada e coerência no uso, bem como de experiência prévia do candidato e de sua adequabilidade quanto às atribuições do cargo e especialidade.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.7.4.1. Para o cargo de Analista Judiciário/Área Judiciária será dado mais enfoque ao Português, além da parte técnica.

3.7.5. Adaptar as provas às necessidades dos candidatos ou candidatas com deficiência, indicadas no formulário de inscrição.

3.7.6. As provas deverão conter questões inéditas de múltipla escolha e ser elaboradas de modo a abranger as capacidades de compreensão, aplicação, análise e síntese, privilegiando a reflexão e o raciocínio.

3.7.7. Os membros da banca elaboradora de provas, que deverão ser no mínimo 3 (três) por área, elaborarão as questões, de forma isolada, de modo a assegurar que nenhum deles obtenha conhecimento do conteúdo global a ser aplicado.

3.7.8. As questões elaboradas deverão ser submetidas a uma banca de críticos, composta por no mínimo 3 (três) profissionais, que deverão ser distintos dos da banca de elaboração, para verificação da correta formulação das questões.

3.7.9. A Contratada deverá comparar os gabaritos fornecidos pela banca de elaboração com os gabaritos da banca de críticos, e, em caso de divergências, a banca de elaboração deverá reformular a questão.

3.7.10. A Contratada deverá elaborar banco com questões inéditas que irão compor as provas.

3.7.11. As questões elaboradas deverão compor um banco que permita a mistura aleatória das questões por meio de sistema de processamento computadorizado, de modo a permitir, no mínimo, 2 (dois) modelos de gabaritos para cada cargo/área/especialidade.

3.8. Da identificação dos candidatos ou candidatas

3.8.1. Deverá ser adotado mecanismo de coleta de impressão digital de todos os candidatos ou candidatas que permita à Contratada, por ocasião da convocação para a posse, certificar ao Contratante se candidato e empossando são a mesma pessoa.

3.8.2. As folhas de respostas das questões das provas objetivas deverão ser personalizadas e identificadas de modo a se vincularem ao mecanismo de identificação previsto no item 3.8.1.

3.8.3. As provas de redação e estudo de casos serão realizadas em formulário próprio, personalizado e identificado por meio de mecanismo de segurança, obrigatoriamente à tinta indelével, na quantidade de linhas a serem combinadas posteriormente.

3.8.4. Deverá ser retirada da prova discursiva identificação pessoal do candidato, por qualquer meio, à exceção do mecanismo de segurança previsto no item anterior.

3.9. Da impressão e segurança dos cadernos de prova

3.9.1. Os cadernos de questões deverão ser impressos, montados, conferidos, embalados, lacrados e produzidos em quantidade suficiente às necessidades do concurso público.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.9.2. Todo o material impresso deverá ser produzido em parque gráfico próprio capaz de assegurar a segurança e o sigilo necessários, com acesso restrito à equipe da Contratada.

3.9.3. A Contratada não poderá subcontratar parque gráfico para os serviços de impressão do material do concurso.

3.9.4. O Contratante poderá realizar visita técnica às dependências da Contratada e em seu parque gráfico durante a aceitação da proposta e após contratação.

3.10. Dos gabaritos das provas

Os gabaritos das provas objetivas deverão ser divulgados no sítio eletrônico da Contratada, conforme data estabelecida no cronograma definitivo.

3.11. Da aplicação das provas.

3.11.1. As provas objetivas/redação/estudo de casos deverão ser realizadas em dois dias, de forma a permitir que as provas para os cargos de Analista Judiciário/Área Judiciária, –Analista Judiciário/Área Administrativa e Técnico Judiciário/Sem Especialidade não sejam aplicadas em horários coincidentes.

3.11.1.1 A prova para o cargo de Analista Judiciário/Área Judiciária deverá ocorrer em dois turnos (manhã e tarde). No turno da manhã deverá ser realizada a prova objetiva e, no turno da tarde, estudo de casos.

3.11.2. As provas objetivas/redação/estudo de casos serão realizadas, no mínimo, nas cidades de Campos dos Goytacazes, Niterói, Rio de Janeiro e Volta Redonda, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, para os candidatos ou candidatas que optarem por concorrer as vagas deste Estado, e em Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Vitória, localizadas no Estado do Espírito Santo, para os candidatos ou candidatas que optarem por concorrer as vagas deste Estado, conforme opção de cidade de realização da prova objetiva/redação/estudo de caso indicada pelo candidato. As provas práticas serão realizadas apenas na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

3.11.3. Os locais de aplicação das provas deverão ser selecionados entre aqueles que possuam infraestrutura adequada para permitir a boa acomodação física dos candidatos ou candidatas, facilidade de acesso, inclusive pelos portadores de deficiência, e sinalização para orientar a movimentação dos candidatos ou candidatas no dia das provas.

3.11.4 A Contratada deverá providenciar ambulância equipada para aplicação da Prova Prática de Capacidade Física, nas cidades em que houver aplicação dessa prova. Para as demais provas, deverão ser observadas as normas vigentes.

3.12. Do pessoal

3.12.1. Cada membro componente das bancas referidas nos itens 3.7.8 e 3.7.9 deverá, a fim de garantir o sigilo do concurso, assinar termo de compromisso no sentido de declarar que não haverá participação, no certame, de cônjuge/companheiro ou parente até o terceiro grau, e que não possui qualquer vínculo profissional com instituições que ofereçam cursos preparatórios para concursos, nem com os Órgãos da Justiça Federal da 2ª Região.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.12.1.1. A Contratada deverá apresentar declaração de que os membros das bancas referidas nos itens 3.7.8 e 3.7.9 não possuem vínculo administrativo e jurídico permanente ou transitório com órgãos da Justiça Federal da 2ª Região, cursos preparatórios para o Concurso Público e não irão atuar na aplicação de prova.

3.12.2. A Contratada deverá selecionar e capacitar os fiscais, que atuarão na aplicação dos instrumentos de avaliação, inclusive com treinamento específico para proceder à identificação dos candidatos ou candidatas.

3.12.3. A Contratada deverá disponibilizar equipe para aplicação das provas composta, no mínimo, por: 1 (um) coordenador por local de prova, 1 (um) fiscal para cada 20 (vinte) candidatos ou candidatas e, no mínimo, 2 (dois) por sala, 3 (três) fiscais para acompanhar os candidatos ou candidatas ao banheiro e ao bebedouro, para cada grupo de até 300 (trezentos) candidatos ou candidatas, bem como serventes e seguranças, em número suficiente ao atendimento das eventuais necessidades.

3.12.4. A Contratada deverá disponibilizar em cada cidade de aplicação da prova pelo menos um representante qualificado de seu quadro de pessoal para coordenar a aplicação das provas.

3.12.5. A Contratada deverá dispor de assessoria técnica, jurídica e linguística em todas as etapas do Concurso Público, para fins de elaboração de editais, comunicados, instruções aos candidatos ou candidatas e demais informações necessárias.

3.12.6. A Contratada deverá indicar um representante que será responsável pelo atendimento direto ao Contratante para dirimir questões referentes ao concurso.

3.13. Dos recursos

3.13.1. A Contratada deverá dispor de profissionais legalmente habilitados para receber, analisar e responder aos eventuais recursos administrativos e ações judiciais interpostas por candidatos ou candidatas ou por terceiros (pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas), referentes ao concurso público.

3.13.2. A interposição de recursos dar-se-á por meio de formulário próprio, disponível no sítio eletrônico da Contratada, com o preenchimento e envio *on-line* para a Contratada, mediante recibo.

3.13.3. Em relação às provas, serão admitidos recursos quanto:

- à sua aplicação;
- às suas questões e seus gabaritos preliminares;
- à vista das Provas de Redação e de Estudo de Casos;
- ao seu resultado.

3.13.4. Demais orientações que se fizerem necessárias serão definidas em conjunto com o Contratante e constarão nos respectivos editais.

3.14 – Subsídio jurídico

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.14.1. Em caso de ações judiciais que venham a ser propostas em face do Contratante, referentes ao Concurso Público, deverá fornecer subsídio jurídico, quanto à elaboração de respostas às demandas propostas, durante todo o processo de vigência do Certame.

3.15. Dos mecanismos de segurança.

3.15.1 A Contratada deverá possuir parque gráfico próprio para os serviços de impressão do material do concurso público e de forma alguma haverá isenção de responsabilidade da Contratada quanto a esses serviços, bem como aos requisitos de segurança necessários.

3.15.2. A Contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, salvo quando justificadamente, e, por escrito, requeiram subcontratação de serviços especializados, mediante prévia autorização e chancela da Comissão Organizadora do Concurso.

3.15.3 A Contratada deverá apresentar, no prazo fixado no cronograma a que se refere o Termo de Referência, projeto de segurança do local de impressão do material do concurso público, em parque gráfico próprio de total responsabilidade da Contratada, indicando as condições de segurança para produção/impressão, manuseio, separação e envelopamento do material gráfico do concurso público, com referência aos recursos humanos envolvidos no processo de segurança, devendo alocar equipes de empresa de segurança devidamente legalizada, conforme legislação vigente

3.15.4 É de responsabilidade da Contratada a adoção de critérios rigorosos de segurança para o *software*/programa de diagramação das provas que envolve, no processo de desenvolvimento, a junção entre texto, ilustrações vetoriais e imagens, adequando esteticamente e tecnicamente o documento, de forma que possa ser impresso com qualidade e legibilidade.

3.15.5 O acesso a todas as áreas utilizadas no processo de impressão do material do concurso público deverá ser 100% monitorado por circuito de câmeras filmadoras com gravação ininterrupta, sendo o acesso vigiado por segurança 24 horas por dia, com detector de metais e revistas nos momentos de entrada e saída dessas áreas.

3.15.6 A Contratada deverá dispor, no mínimo, dos seguintes recursos tecnológicos no local de impressão do material do concurso público:

3.15.6.1 Sistema de controle de acesso informatizado, em todos os acessos às áreas de produção do material a ser impresso, utilizando leitores biométricos, crachás de identificação com fotografia e dados atualizados;

3.15.6.2. Sistema de CFTV com modo de gravação digital específico dedicado à operação da execução dos serviços de impressão por todo o período do processo, sendo preservados os HDs durante 12 (doze) meses, contados da homologação.

3.15.6.3 Sistema de *backup* (cópias de segurança) de todo o banco de imagens geradas pelo sistema de CFTV, dedicado na execução dos serviços de impressão do material a ser utilizado no concurso público.

3.15.7. Somente terão acesso às áreas perimetrais de diagramação, impressão e acabamento do local de impressão do material do concurso público os

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

funcionários da Contratada, que deverão ser cadastrados pela gráfica no sistema de controle de acesso às áreas restritas e a eles serão concedidos crachá especial e registro biométrico.

3.15.8. O procedimento de pré-impressão e aprovação das provas impressas, em parque gráfico próprio, ficará exclusivamente a cargo da Contratada.

3.15.9. Após a produção e aprovação das provas impressas, todos os arquivos eletrônicos deverão ser apagados das memórias dos equipamentos.

3.15.10. As mídias utilizadas para a geração das chapas de impressão, assim como todas as chapas que não estiverem sendo utilizadas nos equipamentos impressores, devem ser mantidas em compartimento fechado, lacrado e vigiado ininterruptamente pelo sistema de câmeras e por vigilância física 24 horas.

3.15.11. As máquinas de impressão e demais equipamentos a serem utilizados para a impressão e acabamento dos cadernos de provas e demais materiais administrativos, bem como a área reservada à montagem das encomendas (pacotes, malote etc.), deverão estar concentradas em espaços físicos segregados, com proteção integral de acesso.

3.15.12. A visualização do conteúdo das provas, mesmo que parcialmente, deve ser limitada exclusivamente aos operadores de equipamentos, desde que essa visualização seja indispensável para a impressão das provas.

3.15.13. Todo o material descartado durante o processo de acerto dos equipamentos impressores, refis, grampeamento, ajustes de qualidade, acabamento e durante a produção das provas, deve ser segregado, lacrado e mantido sob guarda em local monitorado até a realização das provas, quando então poderá ser tratado como rejeito de produção normalmente.

3.15.14. Os funcionários responsáveis pela produção/impressão, manuseio, separação e envelopamento do material gráfico do concurso público devem adotar uniforme diferenciado, sem bolsos ou compartimentos que possibilitem a guarda de objetos.

3.15.15. Os cadernos de provas deverão ser lacrados e acondicionados em envelopes de plástico opaco, com lacre inviolável, selado com dispositivo próprio (aba autocolante), de forma a não permitir abertura involuntária, sem danificar a embalagem. Sobre essa dobra deverá ser aposta uma etiqueta de segurança com numeração sequencial. Os envelopes devem ser guardados em ambiente seguro da Contratada.

3.15.16. Os envelopes de que trata o item anterior deverão ser identificados com etiqueta autoadesiva contendo as informações da quantidade de cadernos de provas, tipo de prova, sala, endereço de destino, cidade, CEP etc.

3.15.17. O material de aplicação das provas deverá estar acondicionado em malotes de lona inviolável, devidamente lacrado e com cadeado, para o transporte aos locais das provas, devendo os envelopes de que trata o item 3.15.15 serem abertos na presença dos candidatos ou candidatas, mediante termo de abertura, no momento da aplicação das provas e contar com a assinatura de dois candidatos/ testemunhas, voluntários.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.15.18. A Contratada deverá garantir a segurança no transporte dos malotes até o local de aplicação das provas.

3.15.19. Deverá ser proibido, nas salas em que serão aplicadas as provas, o acesso de candidatos ou candidatas portando qualquer tipo de equipamento eletrônico.

3.15.20. A Contratada deverá adotar detectores de metais em todos os banheiros e salas em que forem aplicadas as provas.

3.15.21. Além do estipulado no Termo de Referência, a Contratada—deverá dispor de todos os meios necessários para assegurar absoluto sigilo e segurança em todas as etapas do concurso público, desde a elaboração das questões de provas até a homologação dos resultados finais do concurso.

3.16. Do Pagamento

3.16.1. 1ª parcela: 5% (cinco por cento) do valor contratado, após a publicação do Edital de Abertura do Concurso.

3.16.1.1. Na hipótese de inclusão de candidatos ou candidatas no dia da aplicação das provas em virtude do não recebimento da inscrição por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados, a diferença do número de inscritos após o fechamento do cadastro será paga na quinta parcela;

3.16.2. 2ª parcela: 25% (vinte e cinco) do valor contratado, após a data de encerramento das inscrições e entrega da lista de inscritos.

3.16.3. 3ª parcela: 30% (trinta por cento) do valor contratado, após aplicação das provas objetiva, redação e estudo de Casos;

3.16.4. 4ª parcela: 30% (trinta por cento) do valor contratado, após o envio dos resultados definitivos das provas objetivas, redação e estudo de casos dos cargos sem prova prática, publicação dos resultados finais desses cargos, bem como entrega, no que couber, dos relatórios indicados nos subitens 7.2 a 7.3, para os referidos cargos;

3.16.5. 5ª parcela: 10 % (dez por cento) do valor contratado, após a publicação do resultado final do concurso para os cargos com prova prática, publicação da homologação do concurso, bem como entrega de todos os relatórios indicados nos subitens 7.2 a 7.3.

3.16.5. Para a efetivação do pagamento, deverão ocorrer a apresentação da nota fiscal e o ateste, pelo(s) fiscal(is) do contrato, da realização de cada etapa prevista para pagamento.

3.17. Das Condições Gerais

3.17.1. A Contratada deverá executar o serviço nos prazos aproximados de 8 (oito) a 9 (nove) meses para os cargos sem prova prática e de 9 (nove) meses para os cargos com prova prática, contados da assinatura do contrato, sujeitos à alteração mediante cronograma a ser elaborado em conjunto com o Contratante e conforme Anexo 2 do Termo de Referência.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.17.2.Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Edital, mediante a apresentação de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, comprovando que a Empresa já planejou, organizou e realizou concurso público para cargos efetivos de órgãos da Administração Pública, devendo o atestado indicar a entidade contratante, os cargos para o qual foi realizado o concurso e que, como parcela de relevância, deverá ter tido a quantidade mínima de 100.000 (cem mil) candidatos ou candidatas inscritos.

3.17.2.1. Os atestados de capacidade técnica apresentados pela Empresa deverão conter assinatura do responsável pelo órgão/entidade emitente, bem como os números dos telefones e *e-mails* de contato e endereço do órgão/entidade para possível realização de diligência das informações apresentadas pela Empresa vencedora, a ser providenciada pela Comissão do Concurso do Contratante.

3.17.2.2. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada à comprovação dos atestados fornecidos, solicitando apresentação de notas fiscais, contratos ou outros documentos que julgar necessário.

04. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

Estima-se um contingente aproximado de 200.000 inscritos, utilizando-se como base as inscrições do concurso anterior.

05. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

P1 – Fazer contratação direta, mediante dispensa de licitação. Desvantagem: custo maior, pois apesar de ser feita pesquisa de preço sempre desestimula a competitividade. A vantagem é poder selecionar a empresa que melhor atende em qualidade de serviço, o que não é viável no pregão por menor preço.

P2 – Contratação mediante abertura de Pregão para escolha da empresa que irá realizar o serviço. Nessa modalidade há possibilidade de o custo ser menor para realização do concurso e, dependendo dos participantes, pode-se selecionar um serviço de qualidade, conforme os requisitos exigidos no Termo de Referência.

Solução escolhida é a contratação mediante licitação (pregão menor preço, mas com critérios técnicos no Termo de Referência), por ser a modalidade adotada no concurso anterior e se obteve resultado positivo, com custo menor e serviço de qualidade.

06. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado será o indicado em planilha anexa ao Edital.

No ANEXO C consta a planilha modelo para a formação de preço, com as condições para o preço.

07. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

7.1 A Contratada será responsável pela realização de todas as etapas do concurso, salvo o envio dos editais e comunicados para publicação no Diário Oficial da União.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

7.2. A Contratada encaminhará diretamente ao Contratante as listagens de candidatos com os resultados parciais e finais do concurso, por ordem classificatória e alfabética dos candidatos, por especialidade, que deverão ser emitidas em arquivo digital, em mídia física (arquivos em Microsoft Excel, e não em Acrobat Reader, dados apresentados em células individuais), conforme discriminado a seguir:

a) habilitados, inclusive candidatos deficientes e negros, em ordem alfabética, contendo: número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

b) habilitados, inclusive candidatos deficientes e negros, em ordem de classificação, contendo os mesmos dados da lista anterior;

c) lista de escores e notas: relação de candidatos inscritos, em ordem alfabética contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF, notas das provas, total de pontos e classificação;

d) candidatos deficientes habilitados em ordem alfabética, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

e) candidatos deficientes habilitados em ordem classificatória, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

f) candidatos negros habilitados em ordem alfabética, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

g) candidatos negros habilitados em ordem classificatória, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF e classificação;

h) relação dos candidatos habilitados, em ordem alfabética e em ordem classificatória (com os critérios de desempate aplicados e notas por matéria) de todos os candidatos inscritos (aprovados, eliminados e faltosos), agrupadas por cargo. Delas deverão constar: nome completo, número de inscrição, número do documento de identidade (com órgão expedidor), número do CPF, endereço completo atualizado (incluindo CEP e telefone), além do endereço eletrônico do candidato.

i) estatística dos inscritos, isentos, presentes, ausentes e habilitados.

7.3. A Contratada encaminhará diretamente ao Contratante uma listagem única dos candidatos constantes das listagens homologatórias do resultado final do concurso, contendo número de inscrição, nome, número do documento de identidade e CPF, cargo, lista RJ ou ES e classificação, que deverá ser emitida em arquivo digital, em mídia física, formato CSV.

7.4. A Contratada deverá enviar ao Contratante, as fichas de inscrição, separadas por Cargo/Especialidade e em ordem alfabética, bem como os laudos médicos enviados pelos candidatos com deficiência;

7.5. A Contratada deverá emitir cópias de todos os dados relativos ao Concurso, endereçando-as ao Setor competente do Contratante;

7.6. Todos os resultados deverão ser divulgados pela Contratada, em seu sítio eletrônico, com busca por nome, CPF ou número de inscrição.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

7.7 Deslocamento, transporte, encargos, impostos e outros.

7.7.1 A Contratada arcará com todas as despesas decorrentes do deslocamento do pessoal de apoio, de coordenação e fiscalização, de transporte de todo o material relativo ao concurso e outras despesas afins.

08. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Não há parcelamento na contratação de serviços para realização do concurso, é um objeto único.

09. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

- Permitir que ao final do prazo previsto no Termo de Referência com a conclusão das etapas do concurso ter a relação de candidatos para homologação do curso;

- Durante o prazo de validade do concurso ter todo o suporte técnico e jurídico da empresa para solucionar eventuais demandas administrativas ou judiciais.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO, PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

Não foram identificadas providências prévias a serem adotadas.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não há contratações correlatas ou contratações interdependentes.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS:

12.1 A Contratada deverá respeitar e cumprir todas as disposições da legislação ambiental vigente, responsabilizando-se perante o Contratante, os Órgãos Ambientais e terceiros, por todo e qualquer dano ou prejuízo que porventura cause ao Meio Ambiente.

13. PARECER CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Considerando que o concurso público atualmente teve o prazo expirado em 5 de julho de 2023; a necessidade de manter lista de aprovados para prover eventuais cargos vagos do Quadro de Pessoal da Justiça Federal da 2ª Região e garantir a continuidade dos serviços prestados pela Justiça Federal; a complexidade e expertise necessárias para a realização de um concurso público de grande porte e que há previsão no planejamento orçamentário para o custo operacional respectivo, conclui-se que a contratação de empresa para a realização das atividades inerentes ao certame é viável e está de acordo com o procedimento adotado nos concursos anteriores.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

FLÁVIO OLIVEIRA LUCAS
Desembargador Federal Presidente da Comissão de Concurso